

De São Paulo

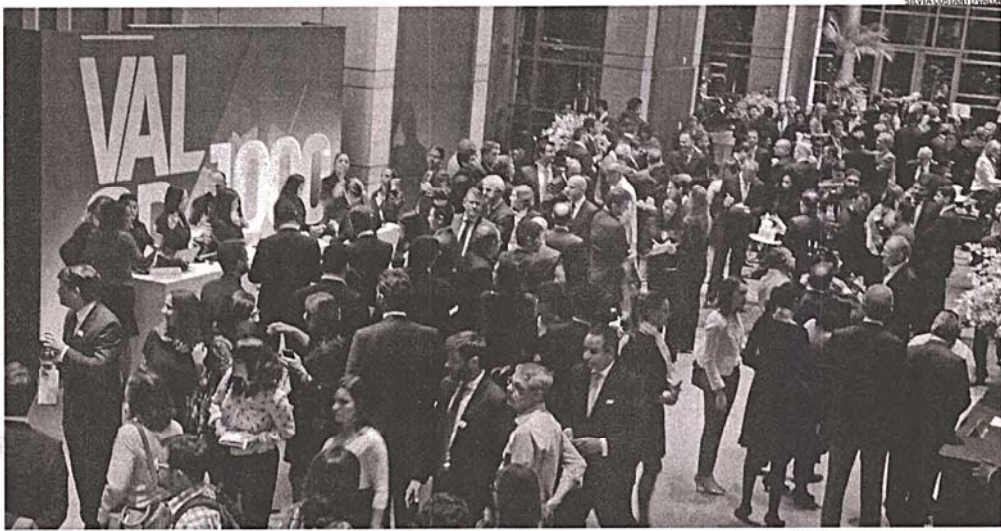
Os empresários reconhecem que ajustar as contas do governo é questão de grande relevância para o país, mas pedem que o presidente Michel Temer inclua na agenda prioritária medidas que facilitem a atividade produtiva e estimulem o ambiente de negócios. A reforma trabalhista é uma das iniciativas citadas, bem como a simplificação tributária, a solução para gargalos da infraestrutura e outras ações capazes de ampliar a competitividade. Em resumo, é necessário reduzir o "custo Brasil".

Esse foi o recado dos executivos e empresários que participaram do lançamento da 16ª edição do anuário "Valor 1000" e da cerimônia de premiação das empresas de melhor desempenho em 25 setores. A solenidade contou com a presença dos ministros Henrique Meirelles, da Fazenda, e Eliseu Padilha, da Casa Civil.

"Melhoria de infraestrutura, redução da burocracia, simplificação da tributação, são medidas bem-vindas", disse Paulo Cesar de Souza e Silva, diretor-presidente da Embraer. De acordo com Souza e Silva, estabilidade e previsibilidade política e econômica no Brasil acabam favorecendo todas as empresas, mesmo as que, como a Embraer, dependem da demanda agregada do exterior.

Para José Galló, presidente da Renner, a Empresa de Valor deste ano, a realização de reformas, como da Previdência e trabalhista, não terá efeito no curto prazo, mas indicará um caminho para a economia, o que pode estimular as empresas a investir. Galló afirmou que é preciso ir além das reformas. "Vai ser preciso que o governo adote medidas de curto prazo para destravar a economia, como uma eventual abertura de importação ou facilitação para a tomada de crédito pelas empresas."

O sucesso na recuperação da economia depende da construção de um consenso em torno da necessidade das reformas, afirmou Pedro



Cerimônia de premiação do "Anuário Valor 1000", ontem: empresários defendem medidas para elevar a competitividade e veem alguns sinais de retomada

Parente, presidente da Petrobras. "Existia um fator importante para a crise, que era a incerteza derivada da situação política", disse. Segundo ele, com a confirmação de Michel Temer na Presidência foi retirado um obstáculo "importantíssimo". O presidente da Fibria, Marcelo Castelli, afirmou que Temer deve "trabalhar na construção de uma agenda de competitividade, com as reformas estruturantes necessárias para retomar o crescimento sustentável".

Visão semelhante tem o presidente da Braskem, Fernando Musa, para quem o crescimento sustentado deve ser enfatizado. "O Brasil precisa priorizar uma agenda de crescimento para as próximas décadas", disse Musa. "Uma agenda que passe pela priorização do setor industrial, que é capaz de gerar maior competitividade para a economia, e ataque os problemas estruturais, como a reforma tributária, legislação trabalhista."

A reforma trabalhista deve vir em

primeiro lugar, avalia Graça Berneck, diretora comercial da Berneck, fabricante de painéis e produtos de madeira. A Carioca Engenharia acredita que a nova legislação trabalhista e a recuperação da confiança dos investidores com medidas de restrição orçamentária devem ser as prioridades do governo, disse o diretor-geral da empresa, Alfredo Collado.

A estabilidade política é uma condição fundamental para que o Brasil retome o crescimento econômico, pois permite fazer o ajuste fiscal ou a reforma da previdência, segundo Rodrigo Galindo, presidente da Kroton.

Parte dos empresários acredita que já esteja ocorrendo melhora da atividade. A Grendene começa a perceber leves sinais de reaquecimento do consumo. "Podemos perceber que a demanda, que durante certo tempo apresentou queda vertiginosa, agora cai mais devagar", diz Francisco Schmitt, diretor de finanças da empresa.

Julio Conejero, diretor-geral da Supera RX Medicamentos, joint venture de distribuição de artigos farmacêuticos entre Eurofarma, Cristália e MSD, disse já ver sinais de estabilização da economia. Ele também espera do governo reformas para retomar o crescimento.

O presidente da Sablesp, estatal de saneamento de São Paulo, Jerson Kelman, se disse otimista com o que classificou de recuperação da economia e sustentou que os sinais, "embora ainda tímidos", são notados a partir da "maior confiança que o setor produtivo e os consumidores vêm demonstrando, visualizando uma condução segura das contas públicas do governo federal".

A Larlanexo Brasil, líder na produção de borracha sintética, percebe sinais de estabilização em sua área. Angelo Brazil, presidente da empresa, diz que percebe estabilização na demanda, ainda em níveis baixos, mas com indicadores

de retomada em alguns setores, como calçados e reforma de pneus. O executivo acrescenta que a recuperação econômica será lenta.

Existe uma melhora de otimismo e das perspectivas positivas dos empresários, avalia Randal Zanetti, presidente do grupo Bradesco Seguros e diretor-presidente da BSP Empreendimentos Imobiliários. De acordo com o executivo, é possível perceber claramente que as pessoas estão acreditando que os próximos meses serão melhores que os passados e isso por si só já é um sinal de retomada da economia.

Busca o equilíbrio das contas públicas, sem aumento de impostos, e fortalecer as políticas de promoção das exportações devem ser as prioridades, para o diretor superintendente da Epos do Brasil, Reni Basei.

Segundo executivos e empresários, boa parte das empresas mantêm seus investimentos, apesar da crise. "Independentemente do cenário

político, a Braskem mantém uma sólida política de investimentos — seja no Brasil seja no exterior", disse Musa. Para ele, a percepção é que o cenário econômico parou de piorar — e vai cair menos.

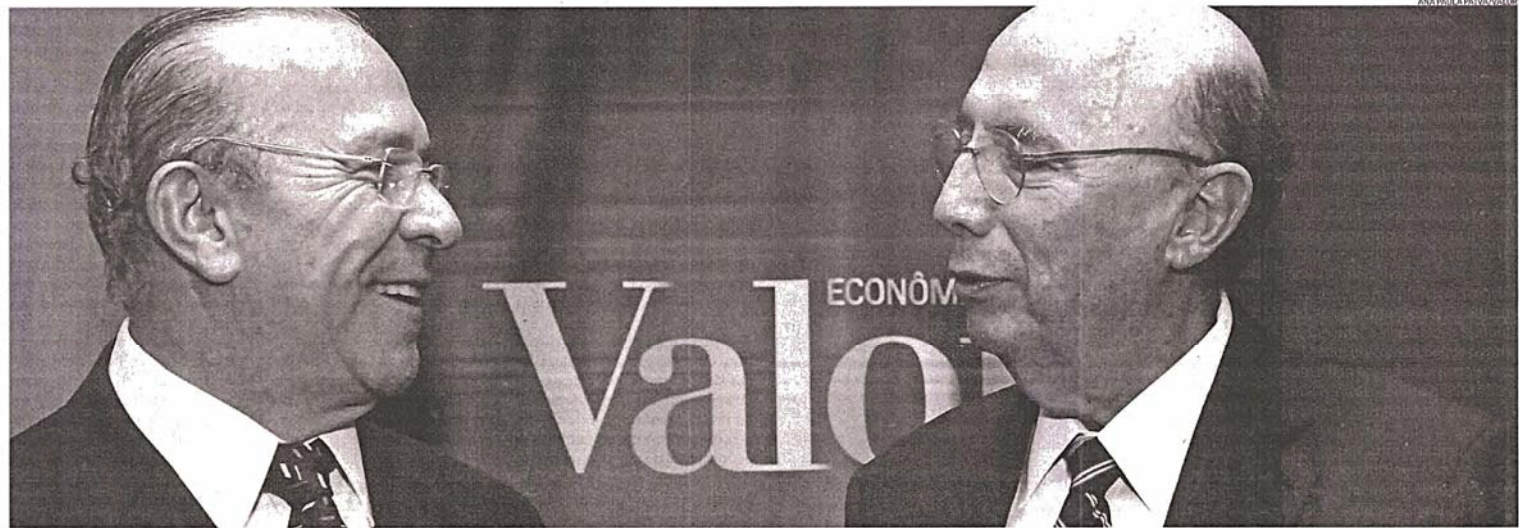
Também o presidente da Sablesp acredita que em breve haverá retomada dos investimentos. Segundo ele, a prioridade do governo deve ser investimento em infraestrutura, com segurança para o setor produtivo e sinalizações de que as contas públicas estão controladas.

O presidente da Nutriz Agroindustrial, Francisco Tomazini, disse que a empresa está decidida a retomar investimentos a partir de 2017, mesmo que a crise não dê sinais claros de arrefecimento. Ele defende uma moeda mais compatível para as exportações e juros mais baixos. Já o presidente da Ferroport, Carsten Bosselmann, considera que a prioridade é gerar emprego, atrair investimentos e melhorar a educação de forma significativa.

As recentes manifestações contrárias ao governo Temer dividiram empresários e executivos. Schmitt, da Grendene, considera que os protestos "têm passado dos limites" e vê uma "confusão entre o direito à livre opinião e a tentativa de obrigar os outros a darem ouvidos ao que qualquer grupo queira manifestar".

"É importante que a sociedade civil tenha meios de expor suas demandas", afirmou Souza e Silva, da Embraer. Segundo ele, as manifestações são parte do processo democrático e não vê problema na eventual influência dos protestos na recuperação da estabilidade política. Os protestos não assustam, disse Castelli, da Fibria. "As manifestações são naturais da sociedade democrática."

"Respeitada a integridade física das pessoas e do patrimônio público e privado, a manifestação de opiniões é legítima e natural numa sociedade democrática, em que as pessoas possuem como direito constitucional a liberdade de expressão", sustentou Musa, da Braskem.



Os ministros Eliseu Padilha (Casa Civil) e Henrique Meirelles (Fazenda), participaram do evento de premiação da 16ª edição do Anuário Valor 1000: governo quer PEC que estipula teto para gastos públicos aprovada até o fim do ano

Reformas fiscal e da Previdência são essenciais e "temos tropas para enfrentá-las", diz Padilha

Tainara Machado e Camilla Veras Mota
De São Paulo

Os brasileiros foram muito pacientes no exercício de sua cidadania e acreditaram que o Legislativo poderia conceder bondades sem prejudicar o restante da sociedade, afirmou o ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, em evento de entrega dos prêmios da 16ª edição do anuário "Valor 1000", na noite de ontem, em São Paulo. O ministro destacou que as reformas fiscal e da Previdência são essenciais e garantiu que o governo tem "tropas para enfrentá-las".

Padilha defendeu que não existe dinheiro público, já que todos os

Enfrentar essa questão, disse, é crucial não só para o governo, mas para toda a sociedade. "Não temos capacidade suficiente para conduzir o processo se não tiver aliança com a cidadania brasileira."

O ajuste fiscal é prioridade e já está caminhando, com expectativa de aprovação da PEC do gasto até o fim do ano. O governo também quer conseguir pelo menos uma primeira votação sobre a reforma da Previdência ainda nesse ano.

Segundo Padilha, esse deve ser o foco do governo agora, sem desperdiçar forças com outras reformas, como a política e a trabalhista. "Não vou falar de reforma trabalhista porque ela está acontecendo de forma quase natural. O TST julgou que tra-

las ou fazê-las", disse.

Ao cumprimentar os presentes ao evento, Padilha saudou o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, na plateia, e disse que é dele a palavra final sobre a economia. Meirelles, disse, é o capitão do time econômico, a "equipe dos sonhos", enquanto o presidente Michel Temer é o técnico.

Padilha está confiante que o governo conseguirá atrair o investimento privado com aumento da segurança jurídica e o fortalecimento das agências. Segundo ele, um dos projetos mais importantes nesse sentido, a Lei das Estatais, já foi até aprovado. Ele colocou como prioridade a aprovação de lei semelhante para os fundos de pensão e fortalecimento das agências regulatórias.

Governo já "firmou posição" contra reajuste de salários para juizes do STF, afirma Meirelles

De São Paulo

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, afirmou ontem que o governo já "firmou posição contrária" sobre o reajuste aos salários dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF).

"Agora evidentemente isso é uma decisão do Congresso Nacional, que será certamente respeitada", afirmou Meirelles. "Achamos que, do ponto de vista fiscal, de fato, não é o melhor momento, como já foi definido pelo presidente da República" complementou Meirelles ao chegar ontem ao hotel Hyatt, em São Paulo, para participar do evento de entrega dos prêmios

"pode ser uma solução", mas reforçou que essa prerrogativa cabe ao Legislativo.

"O importante é que o teto dos gastos seja mantido. Alocar esse teto é uma prerrogativa do poder Legislativo, como temos mencionado".

Durante sua fala no evento, Meirelles disse que o ajuste fiscal pode não estar acontecendo na velocidade desejada pelo mercado, mas ressaltou que o ritmo é "estontante", já que, caso a PEC dos gastos seja aprovada, como pretende o governo, as despesas da União serão, ao fim do mandato, menores do que no início de uma gestão pela primeira vez desde 1991.

"Comparado com a ansiedade

"debate profundo" e que, em regimes democráticos, não acontece em "uma semana". Ele voltou a falar que o compromisso do governo é que a PEC 241 seja aprovada até o fim deste ano. "Essa é de uma velocidade impressionante em termos históricos".

O ministro ainda enfatizou a retomada da confiança ao comentar alguns indicadores da economia. Em relação ao crescimento de 0,1% da produção industrial em julho, disse que foi uma "acomodação" e que a expectativa é que os indicadores do setor mantenham a trajetória de crescimento dos últimos meses.

E declarou que "o mais importante" é que a confiança, respon-